

EMENDA Nº - CMMPV 1304/2025
(à MPV 1304/2025)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória os seguintes artigos:

Art. A Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º A Tarifa Social de Energia Elétrica, criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para os consumidores enquadrados na Subclasse Residencial Baixa Renda, caracterizada por descontos incidentes sobre a tarifa aplicável à classe residencial das distribuidoras de energia elétrica, será calculada conforme indicado a seguir:

I – para a parcela de consumo de energia elétrica inferior ou igual a 120 kWh/mês (cento e vinte quilowatt-hora/mês), o desconto será de 100% (cem por cento); e

II – para a parcela de consumo de energia elétrica superior a 120 kWh/mês (cento e vinte quilowatt-hora/mês), o desconto será de 0% (zero por cento).

§ 1º A partir de 1º de janeiro de 2026, a aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica será custeada, exclusivamente, de recursos providos recursos do Fundo Social – FS, instituído pela Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.” (NR)

“Art. 2º.....

§ 4º As famílias indígenas e quilombolas inscritas no CadÚnico que atendam ao disposto nos incisos I ou II do caput terão direito a desconto de 100% (cem por cento) até o limite de consumo de 120 kWh/mês (cento e vinte quilowatt-hora/mês), a ser custeado, exclusivamente, a ser custeado pelo Fundo Social – FS, instituído pela Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.

.....” (NR)



Art. A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 13**.....

.....

II - (Suprimir)

.....” (NR)

Art. A Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 47**.....

.....

XIII - energia elétrica

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Os acréscimos propostos têm como objetivo primordial assegurar o financiamento da Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE) por meio do por meio do Fundo Social (FS). Tal medida se mostra imprescindível para garantir que os consumidores de baixa renda recebam o benefício de forma integral e sem ônus adicional aos demais consumidores, preservando o caráter social e subsidiário da política tarifária.

Busca-se implementar ajustes e promover a sustentabilidade financeira do setor elétrico, buscando equilibrar a relação entre receitas, custos e impactos tarifários. Nesse cenário, reforça-se a importância de que o custeio das ações de assistência social, incluindo a TSEE, seja realizado pelo Fundo Social, evitando que esses custos sejam transferidos para os consumidores finais por meio de reajustes tarifários ou outras modalidades de ônus econômico.



Ao retirar o custeio da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), é reafirmado o compromisso de não onerar mais uma vez o consumidor, alinhando a política social com os objetivos de sustentabilidade fiscal. Trata-se de uma medida que visa garantir a continuidade do benefício social de forma responsável, eficiente e equitativa, sem prejuízo à saúde financeira do setor e assegurando a efetividade das políticas de combate à pobreza energética.

Sala da comissão, 17 de julho de 2025.

Senador Marcos Rogério
(PL - RO)



Assinado eletronicamente, por Sen. Marcos Rogério

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4029088999>